

Ex-líbris: reminiscências do passado

Bookplates: reminiscences of the past

Enviado em: 30/09/2020

Aceito em: 04/06/2021

Márcia Della Flora Cortes¹

José Paulo Siefert Brahm²

João Fernando Igansi Nunes³

Juliane Conceição Primon Serres⁴

Resumo

As marcas colocadas em livros para identificar a posse pelos proprietários constituem importantes vestígios históricos para pensarmos hábitos de indivíduos no passado assim como a memória. Na nossa volta, os objetos são testemunhas da diversidade cultural e encontramos nos ex-líbris uma potencia simbólica de memória que dá sentido a uma prática social e cultural além de ser um contraponto à fluidez da vida pós-moderna. Diante disso, esse trabalho tem o objetivo de refletir sobre a prática social de utilizar e produzir ex-líbris, na contemporaneidade, a partir da perspectiva da memória. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura e discutiu-se conceitos fundamentais de obras de importantes teóricos, como Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Joël Candau, Zygmunt Bauman, Paul Claval, Pierre Nora e François Hartog, em um texto estruturado em partes inter-relacionadas.

Palavras-chave: Ex-líbris, Memória, Presentismo.

1 Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Mestre em Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel. Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Jaguarí. E-mail: marciadfc@yahoo.com.br

2 Bacharel em Museologia/UFPel, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel. E-mail: josepaulobrahm@gmail.com

3 Doutor em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP). Professor Adjunto do Curso de Bacharelado em Design, Centro de Artes e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: fernandoigansi@gmail.com

4 Doutora em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Email: julianeserres@gmail.com

Abstract

The marks placed on books to identify ownership by the owners are important historical vestiges for thinking about habits of individuals in the past as well as memory. Around us, objects are witnesses of cultural diversity and we find in the bookplates a symbolic potency of memory that gives meaning to a social and cultural practice in addition to being a counterpoint to the fluidity of postmodern life. Therefore, this work aims to reflect on the social practice of using and producing bookplates, in contemporary times, from the perspective of memory. To this end, a literature review was carried out and fundamental concepts of works by important theorists were discussed, such as Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Joël Candau, Zygmunt Bauman, Paul Claval, Pierre Nora and François Hartog, in a text structured in parts interrelated.

Keywords: Bookplates, Memory, Presentism.

Introdução

A atenção dada à memória remonta à antiguidade e surgiu da necessidade de se transmitir e guardar informações. Essa grande categoria polissêmica, objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento, da neurociência cognitiva às ciências sociais e humanas, é um recurso essencial que utilizamos a todo instante, mesmo sem perceber. Graças à memória, os seres vivos são capazes de adquirir, armazenar, guardar e evocar conhecimentos do passado, bem como transmiti-los às futuras gerações. Embora essa definição seja aparentemente simplista, a memória está associada a funções complexas, como a trajetória do pensamento, o que lembramos e o que esquecemos, refletindo na construção de identidades e na organização social, política e cultural de determinada sociedade.

Reconhecemos a existência de práticas culturais, bem como a sua importância quando buscamos reinterpretar o passado através das evidências no presente. As práticas culturais compreendem atividades desenvolvidas pelos indivíduos e que ao longo dos anos, são preservadas e passadas de geração em geração. Dessa forma, temos, no presente, a herança de expressões culturais e artísticas que nos revelam informações de sociedades passadas. Como exemplo, cita-se os ex-líbris, marcas de propriedade de livros

que identificam a titularidade de um possuidor num dado momento e atuam como sociotransmissores.

Vivemos em uma sociedade na qual somos consumidores e, ao mesmo tempo, produtos de uma cultura que, de modo geral, busca moldar a sociedade a determinados padrões, sem refletir sobre o uso do passado no presente. De forma inconsciente, aderimos a uma cultura de massa, que não reage, nem critica, apenas aceita, e o que era um diferencial passa a sequer existir, bem como os produtos que com o tempo passam a ser idênticos, prevalecendo uma homogeneização cultural. Ao contrário do que a indústria cultural promove, observa-se que o ex-líbris, por exemplo, é um objeto autêntico e original. Sua produção envolve o trabalho de um artista, que juntamente com o proprietário deixa também uma marca nesse objeto. Temos então a construção de uma identidade, visto que o ex-líbris é idealizado por um proprietário e produzido por um artista.

Nesse contexto, estamos imersos no tempo presente, onde a contemporaneidade busca no passado significados para dar sentido a um tempo acelerado. Na nossa volta, os objetos são testemunhas da diversidade cultural e encontramos nos ex-líbris uma potencia simbólica de memória que dá sentido a uma prática social além de ser um contraponto à fluidez da vida pós-moderna. Diante disso, esse trabalho tem o objetivo de refletir sobre a prática social de utilizar e produzir ex-líbris, na contemporaneidade, a partir da perspectiva da memória e identidade. Para tanto, através de uma revisão de literatura, discute-se conceitos fundamentais de obras de importantes teóricos, como Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Joël Candau, Pierre Nora, Zygmunt Bauman, Paul Claval e François Hartog, em um texto estruturado em partes inter-relacionadas.

Ex-líbris: prática social e cultural

Quantas marcas encontramos nos livros e, por vezes, não percebemos o quão eloquentes podem ser. Desde os mais primitivos suportes, o livro apresenta marcas que nos dão importantes indícios sobre o contexto em que

foi criado, uma vez que acompanhou as diversas mudanças tecnológicas e sociais ao longo do tempo. Destaca-se a prensa de tipos móveis criada por Gutenberg no século XV, que tornou mais fácil a produção de livros em relação ao modo como era produzido até aquele momento, entretanto esse objeto ainda era bastante caro. Dessa forma, o livro designava poder, cultura e prestígio social, e aqueles que o possuíam tinham orgulho e de alguma maneira, desejavam identificar a sua posse.

Da fabricação até seu destino final, que são as mãos de um proprietário, observa-se que o livro acumula marcas. Stoddard (1985 apud Azevedo 2021) cita as marcas de manufatura (como as marcas da edição), as marcas de proveniência (como as marcas de posse bibliográficas) e as marcas de uso (como as anotações manuscritas). Dentre as referidas marcas destaca-se aqui o ex-líbris⁵, que é uma marca de propriedade bibliográfica e tem a função de identificar a quem pertence um livro. Quando o livro com ex-líbris, não mais estiver em mãos do proprietário inicial, aquela marca indicará a proveniência⁶, ou seja, dará indícios sobre a origem e itinerário desse objeto. Embora não se saiba determinar a data do surgimento do ex-líbris, corroborando com Bruchard (2008, p. 12), a necessidade de marcar a posse é tão antiga quanto o próprio livro e a sua utilização se consolidou no Renascimento, quando surge a prensa de Gutenberg e o livro tipográfico. Para Machado (2014, p. 11), o ex-líbris:

No sentido restrito, que se impôs a partir do final do século XIX, é uma pequena gravura, emitida em série, que se cola na contracapa ou na guarda do livro, como símbolo de propriedade, na qual figuram a expressão ex-líbris, uma ilustração (brasão, monograma, alegoria etc.), o nome do titular e uma divisa, nenhum desses itens sendo obrigatório.

Observa-se que o ato de adicionar uma marca de posse bibliográfica dependerá do desejo de um titular de livros em inserir uma marca que o

5Quanto a escrita da palavra ex-líbris, Machado (2014, p. 43) afirma que “Em português, desde o início, consagrou-se a palavra com dois elementos unidos por hífen: ex-líbris”. Por isso, nesse texto, adotamos a referida forma, entretanto, nos casos em que houve citações, a grafia foi utilizada conforme a respectiva fonte.

6Conforme Faria e Pericão (2008, p. 605) a proveniência é a “informação acerca da transmissão de propriedade de um manuscrito ou impresso.” Como exemplo, as autoras citam o ex-líbris.

represente, especialmente na sua ausência. Quanto maior o amor pelo livro, maior será seu desejo de cuidar desse objeto e demarcar a sua posse. Segundo Bertinazzo (2012, p. 25) “O *ex libris* pode ser definido como uma espécie de selo de propriedade, incontestável e universal, que vem colado na face interna da capa, no rosto ou anterrosto do livro, valorizando-o.” O *ex-libris* registra a posse e agrega valor ao livro, uma vez que o personaliza e embeleza. Esteves (1956, p. 12), aponta que “ao mesmo tempo instrúe e é um entretenimento. Com o hábito de se ver *ex libris*, apura-se o gosto [...]. Porque existem *ex libris* que poderão ser também quadros em miniatura” [...]. Com isso, corroborando com Bruchard (2008) observa-se que a partir do século XIX o *ex-libris* passou a ser estudado, atraindo a atenção de colecionadores e em decorrência, passou a ser um objeto de coleção.

A expressão latina *ex-libris*, conforme Machado (2014, p. 11) significa “dos livros de” e claramente precede o nome do proprietário a fim de identificar a sua posse. Os *ex-libris* costumam apresentar uma ilustração relacionada a um gosto do titular, bem como as características que permitem seu reconhecimento e uma divisa, frase que representa o pensamento do proprietário e relaciona-se a imagem. Tais características podem ser observadas no *ex-libris* da figura 1.



Figura 1. Ex-libris. Fonte: Cortes (2019). Acervo da Bibliotheca Rio-Grandense.

O *ex-libris* da figura 1 pertenceu a Estanislao Severo Zeballos, político argentino que nasceu em 1854 e também atuou como historiador, etnógrafo, geógrafo, jornalista, jurista entre outros. Participou ativamente da política

daquele país, como deputado e ministro, assim como também ocupou esse cargo em outros países. Segundo Juárez (2014, p. 6) esse ex-líbris “é um desenho barroco impresso em sépia”, onde podemos ver, na esquerda, um anjo segurando um livro e apontando para um centro ovalado, de fundo claro, onde consta a expressão *ex libris*, o nome do proprietário, logo abaixo a palavra *Bonaerensis* e na parte inferior, a divisa em latim “*Laborum Dulce Lenimen*” que significa “trabalho, doce consolo/refrigério” (tradução nossa). No lado direito, observamos um menino nu, tocando em ornamentos. Livros estão presentes na base da imagem, próximos aos pés do anjo. A referida marca de posse bibliográfica emprega elementos que refletem ideais do titular: A pureza dos anjos e a inocência de um menino parecem inspirar a divisa e serve como um instrumento para outros leitores reconhecerem que aquele livro pertenceu a Estanislao Severo Zeballos. Bertinazzo (2012, p. 31) esclarece que:

Esses selos de inteligência contribuíram para a formação de uma arte inimitável, no mais das vezes acompanhando a vocação artística de cada época. Enquanto se prestavam a identificar o livro, sintetizavam as tendências intelectuais, morais, literárias, científicas, enfim, os traços culturais de seu tempo e as ideais de seu encomendador.

O processo de construção de um ex-líbris perpassa pela escolha de uma memória individual a ser representada por uma pessoa que vive num contexto social e, portanto, é influenciado pelo meio que a cerca. O titular encomenda a um artista seu ex-líbris que o executa a partir de uma técnica de gravura. Conforme a Federação Internacional da Sociedade de Amadores de Ex-líbris (2002), a impressão desses objetos pode ser: plana, por relevo, por entalhe. Cada uma das formas de impressão emprega técnicas de gravuras originais e reprodutivas, como por exemplo: xilografia (original-relevo), linotipia (reprodutiva-relevo); calcografia (original-entalhe), fotogravura (reprodutiva-entalhe); litografia (original-planográfica), offset (reprodutiva-planográfica).

Observa-se que além da motivação do titular é necessário um artista com habilidade e dedicação para produzir o ex-líbris. Sua produção emprega uma representação significativa de saberes e técnicas que são passados de geração em geração. Ao imprimir as memórias que os titulares de livro desejam deixar para posteridade, o ex-líbris torna-se uma linguagem de expressão,

contando e documentando fragmentos de uma história. Essa forma de transmissão de saberes faz parte da identidade de artistas que dominam esse conhecimento e conjugam memórias que fortalecem vínculos identitários.

Há nessa prática um contraponto à homogeneização cultural do mundo globalizado, a qual pulveriza identidades e massifica costumes. O ex-líbris, conforme Bertinazzo (2012), resulta de um trabalho cooperativo entre um proprietário que o idealizou e um artista que o executou. Logo, há uma identidade construída que envolve evidentemente a memória de sujeitos e também a prática de adicionar ex-líbris assim como de produzir tal artefato. Nesse sentido, o ex-líbris é um modo de expressão de uma temporalidade, onde o passado vem à tona em forma de marcas de posse que testemunham uma teia de relações sociais e dão sentido a uma trama de saberes e pensamentos.

Para Bourdieu (2009, p. 135), as práticas sociais são “aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre indivíduos da mesma classe e que fundamentam os distintos estilos de vida”. Nessa perspectiva, as pessoas têm a possibilidade de manifestar sua cultura nos contextos sociais em que estão inseridos e registrar tais ações. As práticas sociais estão relacionadas a atividades desenvolvidas na cultura humana. Entende-se que o processo de socialização dessas práticas entre os grupos sociais tende a engendrar identidades. Com isso, as práticas culturais, como a produção e utilização dos ex-líbris em livros, são também construções sociais que nos auxiliam a melhor compreender a identidade dos povos, na contemporaneidade, tão efêmera e fugaz.

Temos então, um objeto que media relações sociais entre sujeitos (proprietário, artistas, colecionadores, instituições e outros) e que nos leva a pensá-lo a partir da perspectiva da memória.

Concepções teóricas sobre a memória

Essa categoria polissêmica dita de forma abreviada, que nos permite lembrar e esquecer, motivo de união e ao mesmo tempo separação dos povos,

dá identidade aos indivíduos. Inicialmente foi analisada como individual e, ao longo do tempo, se converteu em um objeto de estudo na perspectiva social.

Ricoeur (2007) discute a consciência e as fronteiras da memória, da história e do esquecimento, investigando a natureza dos fenômenos mnemônicos. O autor considera que, por meio da memória, podemos manter vivo determinado evento, fixar, reconstruir, conservar e estimular sentimentos e, sobretudo, dar novos sentidos à realidade e a nossa existência. Nesse contexto, entende que o objeto da memória pode ser recuperado, ao relembarmos buscamos na memória aquilo que não existe mais no presente momento, mas sim a sua representação, por isso, considera a representação presente de uma coisa ausente.

Com a metáfora do bloco de cera de Platão, Ricoeur (2007) explica que as imagens (lembranças) se apresentam como traços (vestígios, marcas), signos da coisa ausente. A partir daí, distingue três tipos de rastros que são:

- a) escritos, que constituem na historiografia os rastros documentais;
- b) psíquicos, que constituem as impressões, no sentido da afecção, que ficam em nós diante de um acontecimento marcante;
- c) cerebrais, que constituem as neurociências.

Através do referido exemplo, este autor aborda duas problemáticas: a memória e o esquecimento. Aquilo que fica impresso, registrado no bloco de cera, o sujeito recorda e sabe enquanto a sua imagem perdurar; no entanto, o que não foi impresso, ele esquece e não sabe. Observa-se que nem sempre uma impressão, deixada no bloco de cera, é correta, ou seja, pode ser distorcida, afastando a lembrança de determinada imagem da verdade. Essa analogia pode ser aplicada aos ex-líbrs, uma vez que o proprietário poderá inspirar-se em fatos marcantes vivenciados por ele e assim, registrá-los em sua marca de posse bibliográfica.

Nesse sentido, Ricoeur (2007) aborda a dissociação entre a memória e a imaginação. A primeira pertence a uma realidade anterior, enquanto que a segunda se relaciona ao fantástico, no entanto, em ambas ocorre a presença da ausência. A memória não se liga à imaginação somente enquanto uma fantasia, mas como uma representação de fatos.

Deve haver, na experiência viva da memória, um rastro irreduzível que explique a insistência da confusão comprovada pela expressão imagem-lembrança. Parece, mesmo que a volta da lembrança pode fazer-se somente no modo do tornar-se-imagem. [...] A permanente ameaça de confusão entre rememoração e imaginação, que resulta desse tornar-se imagem da lembrança, afeta a ambição de fidelidade na qual se resume a função veritativa da memória. (RICOEUR, 2007, p. 26)

Na tradição filosófica, a memória visa a um passado construído por imagens e dessa influência decorre o entendimento de que ela é frágil, imaginária, por isso, considerada vulnerável. Entretanto, os rastros são testemunhas daquilo que passou e compreende-se que as ilustrações contribuem para reconstruirmos o passado e evocá-lo, bem como os ex-líbris, que na perspectiva de Ricoeur, configuram-se como rastros documentais (vestígios).

A partir de Halbwachs (1990), a memória se converteu em um campo de pesquisa das ciências sociais e humanas. O fenômeno da recordação e da localização de lembranças, em sua concepção, está atrelado e suscetível a elementos externos ao indivíduo, a interações que mantêm com diferentes grupos. A memória passa a ser estudada como uma força de coesão social, reconstruída socialmente pelos sujeitos em interação a partir de reminiscências do passado que ressurgem no presente.

Halbwachs (1990) compreende que a memória coletiva é um fenômeno social estruturado no tempo e no espaço. Ele observa que são os indivíduos as primeiras testemunhas para as quais podemos recorrer para lembrar algo que aconteceu no passado, visto que lembramos porque estamos inseridos em grupos. Ou seja, para o autor jamais estamos sozinhos. Embora o ato de lembrar dependa sempre de um sujeito, são as experiências vividas em coletivo que se tornam referências para a construção da memória e da identidade. Quanto mais coeso for um grupo, mais fortes serão as memórias dos seus membros, uma vez que são estabelecidos vínculos afetivos e uma rede de pensamentos que possibilita identificar um passado comum. Schmidt e Mahfoud (1993, p. 288) concordam que “o grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de

pensamento e a experiência comum próprios do grupo”. Com isso, nossa percepção é reforçada a partir de lembranças de outros membros do grupo ao qual pertencemos e ainda que estejamos sozinhos, em determinado local e data, nossos pensamentos, sentimentos e lembranças originam-se, sobretudo, do coletivo porque agimos em função do outro, somos seres sociais. Em outros termos, mesmo estando sozinhos estamos a evocar uma memória coletiva.

Um proprietário de livros, para sinalizar a posse dos referidos objetos e ao mesmo tempo evocar seu passado poderá recorrer ao ex-líbris. Esse artefato que representa o titular reporta a pontos de referência que existem no meio social desse proprietário. Logo, estão fora dele e são fixados nos objetos a sua volta de forma intencional.

À medida em que o tempo passa e os acontecimentos se distanciam, passamos a ter lembranças em forma de um todo e as nossas impressões fundem-se com momentos vividos no presente, revelando muito mais sobre esse do que o próprio passado. Os elementos denominados de quadros sociais da memória irão moldar o passado no presente.

Os elementos externos aos indivíduos constituem o que Maurice Halbwachs (1990) denomina de quadros sociais da memória. Esse sistema de representações é necessário para que os indivíduos construam suas memórias individuais, adquiridas no meio social, como em família, no trabalho, em grupos de amigos, nas relações políticas e religiosas. A partir disso, o passado é reconstruído conforme as molduras sociais que determinam o que é lembrado, comemorado ou esquecido pelos indivíduos dando a dimensão do sujeito em relação ao tempo e ao espaço. Nessa perspectiva, os ex-líbris são mediadores de memória porque carregam (ou são atribuídos) traços que além de representar a memória de sujeitos, também são instrumentos de identificação dos mesmos. Possibilitam identificar que foram e quem gostariam de ser.

A memória não pode ser compreendida sem levar-se em consideração o contexto social que molda sua reconstrução. Se as imagens que construímos de um fato fundem-se intimamente com as lembranças, somos capazes de reconhecer traços que permanecerão em nosso espírito de acordo com o contato que fazemos com um grupo.

E, a medida que o tempo passa, se os indivíduos deixarem de partilhar pensamentos, também deixarão de reconstruir sua imagem. Assim, a lembrança está sujeita ao esquecimento pelo desapego, conforme o engajamento e a dedicação no interior de uma sociedade. Em outras palavras, o compartilhamento de uma memória coletiva é essencial para que sua transmissão continue ativa e pulsante no seio de determinado grupo social.

Candau (2016) faz uma análise antropológica da relação entre memória e identidade a partir de premências do presente. Ao refletir que a memória tem um papel fundamental na formação de identidades entende-se que uma sociedade lembra ou esquece legitimando discursos, comportamentos, atitudes e até posicionamentos políticos e sociais. A partir do ponto de vista desse autor, podemos pensar que embora tenhamos a influência de elementos externos e sociais, cada indivíduo assume memórias e um posicionamento que irá lhe conferir uma identidade única.

Para Candau (2016), memória e identidade são indissociáveis uma vez que não existe busca identitária sem memória e, ao mesmo tempo, a busca guiada pela memória sempre acaba trazendo um sentimento de identidade. Desde que nascemos temos a memória como uma faculdade neurobiológica e a identidade é entendida como uma representação construída socialmente ao longo do tempo.

Conforme Candau (2016) na preocupação em deter o tempo, a memória dá a ilusão de que é possível reviver o passado através das lembranças que nutrem a identidade. Porém, sabemos que não é possível reviver algo, mas somente reconstruí-lo por meio do trabalho de memória. “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, **é trabalho.**” (BOSI, 2002, p. 107, grifo nosso).

Joël Candau (2016, p. 23) diferencia três tipos de memória e preocupa-se com as formas de sua manifestação em sociedade, que são:

- A protomemória, considerada uma memória de baixo nível, compreende a memória-hábito de Bergson (1999). Como o próprio nome indica, refere-se à memória operacional, de atividades repetidas e realizadas

de forma automática no cotidiano, resultado do hábito e da socialização dos indivíduos, como saberes e experiências incorporadas, em que o corpo atua como mediador entre a memória e sua ação;

- A memória de alto nível, que possibilita a recordação, o reconhecimento pela evocação e a invocação de lembranças. Essa é a memória considerada legítima, propriamente dita, que nos permite reconhecer e esquecer. É ela que dá a dimensão do tempo e do trajeto de uma existência;

- A metamemória, a qual corresponde à representação que cada pessoa faz sobre aquilo que viveu e sobre o que diz de sua memória. Uma memória discursiva. Ainda, designa um grande poder para se construir identidades, visto que nesse nível o indivíduo se vê como parte de uma memória que o circunda capaz de formatar suas referências identitárias. Por isso, é uma memória reivindicada e nesse sentido afirmativa.

Esse autor retoma a memória coletiva de Halbwachs (1990), não como uma memória compartilhada por um grupo, mas sim como uma representação que cada membro faz de uma memória. Ao contrário de Halbwachs (1990), Candau (2016) considera que a memória é essencialmente individual visto que cada pessoa é diferente da outra e, portanto, pensa e interpreta de maneira única, por isso entende-a como uma metamemória. Partindo desse pressuposto, não poderíamos ter uma memória coletiva, apenas uma memória evocativa, em que os membros de um grupo dizem algo sobre a memória supostamente comum que os representa, pois há um compartilhamento hipotético de lembranças e é evidente que “[...] um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso.” (CANDAU, 2016, p. 24).

Esta concepção é determinante para a compreensão de que a metamemória é aplicada de maneira diferente a nível individual e grupal. Em decorrência, a identidade que não está relacionada apenas às experiências incorporadas pelos indivíduos, envolve, sobretudo, expressões que podem conferir uma essência a um grupo que compartilha memórias, sem, no entanto, ser categórica e refletir a realidade. Diante disso, Candau (2016) reflete sobre a

pertinência de expressões, como “nação”, que generalizam um conjunto de indivíduos e dão a falsa ideia de que todos compartilham os mesmos aspectos sociais e culturais. A essa hipostasia, o autor denomina retóricas holísticas que compreendem a crença do compartilhamento de uma memória coletiva e geram uma tripla confusão, esclarecida por Candau (2016, p. 32), entre: lembranças memorizadas (conservadas) e lembranças manifestadas (verbalizadas ou escritas); memória compartilhada (crença no compartilhamento) e atos de memória (constatação de atos em comemorações, museus, narrativas); ato de memória (fato de lembrar algo) e o conteúdo desse ato (o que é dito).

Candau (2016) atenta que quando a memória passa do indivíduo ao grupo ocorre um sentimento de intersubjetividade memorial, pois temos consciência de que compartilhamos e somos capazes de reivindicar uma memória comum. Entretanto, a memória compartilhada pode ser ilusória. Segundo Candau (2016, p. 47), “Uma memória verdadeiramente compartilhada se constrói e reforça deliberadamente por triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as heranças” estabelecendo uma relação direta com a identidade, que é reconstruída de forma dinâmica na sociedade.

Joel Candau (2016), ao refletir sobre a concepção sociológica de Halbwachs (1990), aponta que é mais adequado pensarmos em quadros sociais da memória ao invés de memória coletiva, uma vez que, para sua reconstrução, passamos por circunstâncias passadas, marcos sociais, tais como a linguagem. A partir dessa concepção, revela que a memória humana é uma faculdade individual influenciada ou moldada pelo meio social, porém isso não a torna coletiva.

No sentido de reiterar a crença num passado compartilhado, podemos refletir o potencial memorial dos ex-líbris, atuando como sociotransmissores. Para Candau (2016) sociotransmissores são instrumentos de transmissão de memória onde podemos observar a cultura de indivíduos. Nessa perspectiva, os ex-líbris compartilham memórias de um titular, bem como expressam gostos, profissões, ideologias, lugares e outras características que são capazes de agregar valor patrimonial ao livro, uma vez que são impregnados de

significados e estimulam a transmissão de lembranças através de uma narrativa que leva à interação com elementos do passado.

Diante de tais concepções, compreende-se que os ex-líbris estão numa posição limiar, entre a memória coletiva e a memória individual. Isso ocorre porque quando pensamos sob o ponto de vista de sua construção percebemos que envolve a memória de um titular e a memória de um artista que usa uma técnica de gravura e, portanto, são sujeitos que interagem socialmente e são condicionados aos quadros sociais da memória. Ademais, o ex-líbris representa o proprietário que o criou e deve ser capaz de identificá-lo por meio dos signos que apresenta. Na perspectiva do observador, alguém que pegou emprestado um livro que contém uma marca de posse, esse objeto (ex-líbris) será compreendido a partir de um conjunto de referências que dizem respeito apenas ao mesmo e, assim, o ex-líbris poderá reforçar ideias e pensamentos da memória individual.

A sociedade contemporânea e reminiscências do passado

A sociedade contemporânea, imersa em uma bulimia patrimonial, vive compulsivamente em busca dos rastros do passado e com isso, busca-se cada vez mais patrimonializar ou musealizar os lugares de memória, que caracterizam-se por ser simultaneamente materiais, funcionais e simbólicos (NORA, 1993). Muitos objetos, são reminiscências do passado e atuam como mediadores sociais, estabelecendo relações e dando significado a nossa existência, a exemplo dos ex-líbris que são inclusive colecionados em diversos lugares do mundo. Os objetos carregam (ou são atribuídos) um valor histórico, pela importância que tiveram ao homem (no sentido de humanidade) e sobretudo, porque nós também estamos imersos em um fluxo temporal e precisamos desses para dar sentido à nossas vidas.

Para Bauman (2001), a sociedade está inserida em uma “*modernidade líquida*”, onde as relações são frágeis e efêmeras e em decorrência busca-se a identidade dos povos. A fluidez no tempo presente nos faz repensar os objetos enquanto reminiscência do passado e a necessidade de interagirmos com os

mesmos, como forma de preservar praticas culturais e sociais, nesse fluxo contínuo e histórico.

Conforme Nora (1993) alguns fatores como a mundialização, a democratização, a massificação e a mediatização contribuem para a ruptura com o passado (NORA, 1993). Em decorrência, ocorre o fim das sociedades-memória, representadas por igreja, estado, escola ou família, que assim deixam de garantir a conservação e a transmissão de valores. Nora (1993) alerta para o perigo da mídia na sociedade contemporânea em manipular a visão sobre a história: “É o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”. (NORA, 1993, p. 8).

Claval (2007), analisa diversos aspectos da cultura de maneira ampla, como habitações, alimentação, transportes, costumes e contempla ainda a presença do capital na globalização, onde temos um mundo que vigora uma cultura de massa. Em decorrência há uma perda de identidade, pois um mesmo produto está em vários locais do mundo e assim é difícil encontrar em meio a globalização um produto típico local.

Observa-se que o progresso técnico, a facilidade das comunicações e a industrialização começam a ameaçar a cultura. A partir daí ocorre uma homogeneização dos produtos culturais produzidos pelo homem. Cita-se um exemplo bastante comum, em que uma mesma calça jeans é vendida em qualquer parte do mundo.

Conforme Claval (2007, p. 48) “A mecanização e a modernização inserem um arsenal de máquinas e tipos de construções tão padronizados que o objeto de estudo é esvaziado de interesse”. Dessa forma, a uniformização da vida material nunca foi tão proeminente a ponto de que no período denominado de pós-moderno, houve uma exaltação ao passado através da preferência declarada pelos objetos ultrapassados usados como decoração e ocorreu a busca e liberdade de empregar novos estilos, como na arquitetura.

A globalização, por outro lado, acaba por reforçar aquilo que é produto local, reafirmando e fazendo com que este surja com mais evidencia porque

aquilo que é global não se destaca. Ao contrário o produto local, é diferente e original estabelecendo relações próprias daquilo que está sendo criado com aquele espaço (cria-se laços afetivos e identitários únicos). Logo, ressalta a diferença e reverbera em um lugar específico de produção.

Para Pierre Nora (1993), na contemporaneidade vivemos uma espécie de ruptura com o passado, e o presente é contínuo. Há uma invasão do passado no presente, denominado por Hartog (1996) de presentismo, permanecendo o sentimento de algo inacabado. Ocorre a multiplicação dos “lugares de memória”, simplesmente porque a memória não mais existe, ela desintegrou-se diante do imediatismo social.

[...] a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual nos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7).

Os lugares de memória surgem como um sintoma daquilo que François Hartog (2006) denomina presentismo, uma crise na qual o passado não explica mais o presente, e nem o futuro importa. O que prevalece, conforme Hartog (2006, p. 270), é “[...] um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado”.

A obsessão pela memória no presente levou Hartog (1996, p. 129) a refletir se estaríamos vivendo um novo regime de historicidade, que “[...] abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele dá ritmo à escrita do tempo, representa uma “ordem” à qual podemos aderir ou, ao contrário (e mais frequentemente), da qual queremos escapar, procurando elaborar outra”, possibilitando um novo olhar sobre o tempo.

Hartog (1996) preocupa-se em restabelecer uma articulação entre o presente e passado, e ainda com o futuro. No presentismo, há uma valorização de jovens em detrimento das sociedades que envelhecem prevalecendo o imediatismo do aqui e agora, reflexo de uma sociedade ansiosa no tempo.

Observa-se que o momento presente, também configura a identidade dos povos e os ex-líbris, enquanto objetos que podem apresentar características de obras de arte, não são desprovidos de ideologia e verdade.

Em torno da identidade, que tanto se reivindica no presente, Hartog (2006) aponta a presença da memória, do patrimônio e da comemoração. Busca-se, como nunca antes na história, comemorar, patrimonializar para que a memória que já não existe seja preservada e transmitida. Corroborando com esse autor, Nora (1993, p. 17) assevera que “a passagem da memória à história impôs aos grupos a obrigação de redefinir a sua identidade para a revitalização da sua própria história [...]”.

Considerações finais

O conceito de memória é trabalhado em diferentes proposições no pensamento de vários autores e entende-se que nenhum deles invalida o outro, visto que são complementares e embora se sobreponham não se contradizem num todo.

É inegável que a memória individual, enraizada nos quadros sociais, revela as interações vivenciadas pelas pessoas em diferentes contextos, os quais passam a influenciar a reconstrução da memória. Ocorre a transposição da memória individual para a memória coletiva e, portanto, há uma estreita relação entre elas pela identificação do indivíduo com as referências de um grupo, conservando-se assim a memória.

Os ex-líbris carregam essa transposição entre a memória individual e coletiva e documentam fragmentos do passado. São, portanto, evidências da sociabilidade de um livro e da prática social e cultural que motivou a sua criação. Essas marcas de propriedade bibliográfica plasmadas em configurações de cores, desenhos, traços, simetria constituem testemunhas da relação estabelecidas entre um proprietário e seu livro.

Por fim, esses objetos autênticos e originais, contribuem para a transmissão da cultura e memória e como reminiscências do passado, chegaram à contemporaneidade com potencial de ser explorado para além da

história do livro e áreas afins, em disciplinas, como a memória, a antropologia e a cultura visual.

Percebe-se que os objetos, no tempo presente, embora algumas vezes passem despercebidos são mediadores de memórias que atravessaram séculos. Sua existência material, funcional e simbólica é ressignificada no tempo e com isso ganham novos valores pelos seus detentores e usuários. No presentismo, os ex-líbris e outros objetos sobrevivem, nas práticas sociais e culturais, mas nem sempre são reconhecidos e solidificados uma vez que a busca desenfreada pelo passado parece diluir a identidade no presente.

A memória, assim, tem o poder de (re)significar o passado no presente, moldar identidades, expressar emoções e, está presente em objeto, como mediadores e rastros de memória, a partir do olhar cultural projetado sobre os mesmos. Portanto, influi diretamente no comportamento humano, nas ações e na organização da sociedade, possibilitando a reflexão sobre o passado para assim reorganizá-lo em determinadas circunstâncias.

Referências

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. **Curso “Marcas de proveniência: identificação e descrição”**. Salvador, 2021. 19 p. Material de apoio para o curso, documento eletrônico (PDF).

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2014. 2001.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERTINAZZO, Stella Maris de Figueiredo. **Ex Libris: pequeno objeto de desejo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

BOSI, Ecléia. **Lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRUCHARD, Dorothée de. **Ex-libris. Belas histórias de arte, de vida e de amor aos livros**. In: MARTINS FILHO, Plínio. **Ex libris: coleção Livraria Sereia de José Luis Giraldi**. Cotia: Atelie editorial, 2008. p. 11-16.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

_____. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista memória em rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 43-58, dez. 2009/mar. 2010.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. 453 p.

ESTEVES, Manuel. **O Ex Libris**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1956.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Edusp, 2008.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES SOCIÉTÉS D'AMATEURS D'EX-LIBRIS OR INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIETIES OF EX-LIBRIS COLLECTORS (FISAE). **The Technical Symbols**. 2002. Disponível em: <http://www.fisae.org/home/symbols-for-techniques>. Acesso em: 20 dez 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Rio de Janeiro: Vertice, 1990.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.

HARTOG, François. Tempo e história: como escrever a história da França hoje?. **História Social**, Campinas, n. 3, 1996. p. 217-154. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/89/84>>. Acesso em: jul. 2018.

_____. Tempo e patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

JUÁREZ, Ramiro. **El tesoro oculto en la pampa: El archivo del gran cacique**. 2014. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/25400/20/EL%20TESORO%20OCULTO%20EN%20LA%20PAMPA%20-%20RAMIRO%20JUAREZ.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MACHADO, Ubiratan. Sua excelência, o Ex-Líbris. In: SILVA, Alberto da Costa e; MACIEL, Anselmo (orgs). **Livro dos Ex-Líbris**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2014. p. 9-75.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; e MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 285-298, 1993.